



**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE
CURSO DE PEDAGOGIA**

CAROLINE MENDES PEREIRA

**COMO A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA TEM SIDO
TRABALHADA NA ESCOLA?**

**ALEXÂNIA- GO
DEZEMBRO/2013**

**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE
CURSO DE PEDAGOGIA**

CAROLINE MENDES PEREIRA

**COMO A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA TEM SIDO
TRABALHADA NA ESCOLA?**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Educação – FE da Universidade de Brasília – UnB/UAB, sob a orientação da profa. Dra. Patrícia Lima Martins Pederiva.

ALEXÂNIA- GO

DEZEMBRO/2013

PEREIRA, Caroline Mendes. **COMO A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA TEM SIDO TRABALHADA NA ESCOLA?** Brasília-DF, 2013. 33 páginas.
Faculdade de Educação – FE, Universidade de Brasília – UnB.
Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia.

FE/UnB-UAB

CAROLINE MENDES PEREIRA

**COMO A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA TEM SIDO
TRABALHADA NA ESCOLA?**

Professora Orientadora:

Patrícia Lima Martins Pederiva

Membros da Banca Examinadora:

- a) Tutora Andréia Pereira de Araújo Martinez
- b) Especialista Wanessa Ferreira de Sousa
- c) Prof. (a) Msc. Maria Aparecida Camarano Martins (suplente)

**ALEXÂNIA- GO
DEZEMBRO/2013**

Dedico este trabalho a minha família: meu esposo, meus filhos e meus pais que durante esses anos compreenderam minha ausência mesmo presente, incentivando-me a continuar nesta árdua trajetória. Quero também dedicar este trabalho a todos os meus professores, bem como aos meus alunos que foram a inspiração para a escolha dessa tão sonhada conquista.

De modo especial quero dedicar este trabalho a minha igreja, meus pastores e irmãos, que ao longo desses anos tem orado por mim e me abençoado em todos os momentos e decisões importantes de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS pela oportunidade de não apenas “existir”, mas também, pela capacidade de conhecer, aprender, construir e conquistar, todas vindas DELE.

Agradeço a Secretaria Municipal de Educação, na pessoa da Professora Olívia, juntamente com o Coordenador do Pólo Ceone Moreira que empreenderam e deram continuidade, que por meio do Pólo Cora Coralina, trazer para nosso município a EAD, tornando possível o sonho de tantos professores como eu, que antes não tinham oportunidade de graduar-se.

Agradeço a Faculdade de Educação da UnB, a todos os meus professores do Curso de Pedagogia e em especial, nessa etapa final, agradeço a tutora Andréia Pereira de Araújo Martinez, que sabiamente me conduziu neste trabalho, orientando-me para que pudesse com êxito e fundamentação chegar ao objetivo proposto.

Assim, não posso deixar de agradecer a minha mãe e meu pai, que desde os primeiros anos na escola, incentivaram-me a dedicar tempo aos estudos, pois dele eu poderia tornar-me um ser humano consciente e melhor.

Agradeço ao meu esposo e meus filhos que sofreram e sonharam juntamente comigo.

E finalizo agradecendo a todos os MEUS PROFESSORES, porque foi por cada um, que tanto me marcaram, que decidi seguir o mesmo caminho. Foi por ver seus esforços e dedicações, que vi nessa profissão, uma forma de contribuir para minha mudança e de outros a quem eu consiga alcançar. Por meio da PEDAGOGIA, da humanização, igualdade e do amor.

RESUMO

O presente trabalho trata-se de um estudo científico referente à Educação Especial Inclusiva, que tem por objetivo geral investigar como a Educação Especial Inclusiva tem sido tratada na escola. E por objetivos específicos conhecer a situação do ambiente escolar em relação à Educação Especial Inclusiva; investigar se existem ações relativas à Educação Especial Inclusiva na escola e; investigar quais são as implicações de tais ações. Tal pesquisa justifica-se como meio de conhecer o contexto educacional local em relação à Educação Especial Inclusiva, levando a reflexão de nossas intervenções pedagógicas para compreender como a Educação Especial Inclusiva tem sido trabalhada na escola. O presente tema tem gerado diferentes debates e preocupações para todos que discutem e atuam na educação dentro dos temas transversais da pedagogia problematizadora. O instrumento metodológico adotado na pesquisa foi à observação. E por fim, por meio das análises dos resultados alcançados pela pesquisa, consideramos que o desenvolvimento de uma criança sendo ela deficiente ou não, não está limitada ao espaço físico, mas sim a diferentes fatores e precisamos compreender que cada aluno tem uma maneira própria de desenvolver-se. Assim, cabe ao professor e aos agentes envolvidos na prática pedagógica propiciar meios para que esse desenvolvimento aconteça de forma inclusiva. O aluno “deficiente” não deve ser estigmatizado e sim, encorajado ao desenvolvimento de suas habilidades. O papel da escola e de todos os envolvidos no processo educacional é o de promover as ações e práticas que levem ao objetivo e realização de uma educação valorativa, humanizadora e igualitária a todos. Diante do contexto comprova-se que o diálogo é o grande propulsor para que a Educação Especial Inclusiva seja de fato promovida.

Palavras-chave: Educação Especial Inclusiva, escola, ações, diálogo.

SUMÁRIO

MEMORIAL	9
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I	
1. EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA	15
CAPÍTULO II	
2. CAMINHO METODOLÓGICO	18
2.1. Contexto da Pesquisa	19
2.2. Análise e discussão de dados	21
2.2.1. Conhecendo o contexto socioeducacional da Educação Inclusiva ..	21
2.2.2. Ações propostas para a Educação Especial Inclusiva dentro da escola. Averiguando o contexto da proposta, prática e reflexão.....	25
2.2.3. Análise das Ações e Possibilidades da Inclusão de crianças deficientes.....	27
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
4. EXPECTATIVAS FUTURAS	32
REFERÊNCIAS	33

MEMORIAL

Comecei a estudar com seis anos de idade. Na época, só podia ser matriculada com sete anos, porém a escola me recebeu por fazer aniversário no mês de junho. Com esta idade já ingressei no pré-escolar, como era denominado. Quando cheguei à escola, já havia iniciado o processo de alfabetização com a ajuda da minha tia Leny, irmã de minha mãe, que era professora. Ela foi muito importante em minha vida escolar, pois era minha grande incentivadora.

Quero frisar a importância de todos os meus professores, pois me lembro de todos. Minha primeira professora chamava-se Tereza Soares, ela me levou a conclusão do processo de alfabetização.

Na primeira série, estudei com uma senhora bastante experiente chamada por todos de tia Vitória. Ela era maravilhosa. Ensinava com amor, clareza e dedicação.

Enfrentei dificuldades nas respectivas séries subsequentes: segunda, quarta e sexta séries. Em todas, acredito que foi pela forma de tratamento que recebi de algumas professoras que tive, retirando isso, sempre consegui continuar com êxito.

Estudar com alguns colegas do pré-escolar a oitava série, gerou um vínculo forte de amizade entre toda a turma e tornou o aprendizado bem melhor. O colégio foi um período muito marcante em minha vida. Outro fato determinante em minha trajetória escolar, foram os períodos que tirava para estudar em casa, chegando muitas vezes a ficar até de madrugada nos estudos. Mas tudo isso, acredito que seja pela paixão pelos meus “mestres” e suas formas de ensinar, como a própria professora de matemática Zuleima, com quem aprendi superar as dificuldades e a amar matemática; Helena Soares que me abriu os olhos para vislumbrar Geografia e História; Valdiza e Rolnei que me mostraram a complexidade e beleza da Língua Portuguesa e Literatura Brasileira e tantos outros, que poderia citar, sem me esquecer de nenhum detalhe importante, mas que seria necessário tempo e papel para expressar toda minha gratidão.

Posso afirmar que minha trajetória escolar foi um processo saudável, onde dificuldades foram superadas pelo amparo de Deus, dos professores, da

família e claro, de meus próprios esforços. Tive sim, algumas dificuldades e sei que elas foram superadas, pois mesmo tendo algumas experiências ruins, posso afirmar que as boas marcaram e influenciaram para sempre. Foram as boas experiências, com os maravilhosos professores, que me fizeram escolher o magistério e até mesmo o curso de Pedagogia.

Deixando para traz toda barreira, finalizo com o curso técnico em magistério, elegendo os três anos maravilhosos, em que, com muito afinho e dedicação, chegamos ao nosso alvo. Digo nosso, pelo fato da turma ser muito unida. Quantas experiências marcantes, os trabalhos como a pasta de didática, de matemática, que tão deslumbrante e rica ficou, as feiras de ciências, onde tantas experiências puderam conferir as maquetes e teatros dos livros como “A moreninha”, “O Ateneu”, “Helena”, jamais sairão de nossas memórias, os estágios onde pudemos observar e realizar nossos conhecimentos metodológicos e tantos outros aprendizados, que estão vivos dentro de mim.

Todas essas experiências me influenciaram na escolha e oportunidade de cursar Pedagogia. Estive dez anos praticamente sem estudar, depois do magistério, quando me mudei pra Alexânia, veio o vestibular para curso de Pedagogia, e então, a oportunidade real de me graduar. Muitas dificuldades foram estabelecidas no início do curso, pois a modalidade era à distância. Para começo, não tinha computador e nem experiência com essa ferramenta. Tive que vencer todas essas dificuldades. Lembro-me de quantas vezes fui para *lan house*, casa de amigas ou mesmo na escola onde trabalhava. Terminava meu horário em sala de aula, ia pra secretaria usar o computador e a internet para realizar meus trabalhos dos primeiros semestres. Sem contar que durante três anos e meio dei aula em dois períodos, chegando a ter setenta alunos nos dois turnos, quatro filhos em casa pra cuidar e um maridão superexigente. Assim, com muita dificuldade, consegui comprar meu computador lá pelo 4º semestre, mas graças a Deus consegui. As coisas foram melhorando.

Durante os primeiros semestres tive algumas experiências inesquecíveis, as disciplinas que me marcaram muito foram Introdução a Classe Hospitalar, Filosofia da Educação, Sociologia, Pesquisa em Educação, Projeto 2, 3 e 4, Socionomia, Educação Ambiental, Fundamentos da Arte na Educação, porém outras, que gostaria de “refazer”, pois tive muitas dificuldade e problemas com a metodologia das professoras: foram Educação de Adultos e

Antropologia. Se pudesse refazer para superar algumas dificuldades, com certeza gostaria.

Acredito que as diferentes teorias e autores que estudamos nos embasaram bastante para que pudéssemos nos sentir seguros dentro de nossa profissão. Gostaria de citar um trecho de um autor que marcou muito minha trajetória acadêmica:

Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas.
Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o voo.
Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são pássaros em voo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o voo, isso elas não podem fazer, porque o voo já nasce dentro dos pássaros. O voo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado (RUBEM ALVES, Trecho do texto “Gaiolas e asas”).

Através de contato com grandes autores, com professores e tutores, tive muito crescimento em sala como profissional, mas também como pessoa, como mãe e posso afirmar, que mais uma vez a grande diferença foram os “professores-tutores” que me inspiraram, pois tive tantos dentro do curso que me levantaram, me fizeram enxergar além de minhas limitações. Após leituras e debates nos fóruns da disciplina Educação Especial Inclusiva do semestre anterior, percebi que o meu referencial sobre inclusão estava ainda equivocado, minha visão ainda limitava às crianças. Sendo assim, surgiu uma imensa vontade de refletir sobre minha práxis educacional através de um novo referencial de inclusão. Como privilégio de já estar atuando e ter em sala há mais de um ano, alunas com necessidades educacionais especiais, vi a necessidade e a possibilidade de refletir acerca das atividades pedagógicas sob um novo olhar e ação inclusiva.

INTRODUÇÃO

É necessário compreender a dimensão da sociedade excludente à qual pertencemos, pois “todos nós, de um jeito ou de outro somos excluídos”, como afirma Elisabeth Tunes (2003), porém dentro deste mesmo grupo de pessoas excluídas, as pessoas com deficiências mentais, são as mais afetadas.

Os pesquisadores abordam de formas diferentes a questões das anomalias biológicas e seu desenvolvimento intelectual, ou seja, a aprendizagem de pessoas com diferentes deficiências. Os estudiosos que compartilham a visão social de desenvolvimento intelectual veem a anomalia biológica como uma manifestação da diversidade da espécie humana e esse distúrbio terá um impacto maior ou menor dependendo do ambiente social de desenvolvimento. Segundo Tunes, os que têm a anomalia condicionada a fortes bases hereditárias e congênitas colocam assim o “defeito” como uma barreira, um obstáculo no processo de desenvolvimento. Isso até que se possa descobrir uma maneira de amenizar ou combater a anomalia.

A partir do momento em que uma criança é diagnosticada como “anormal”, com distúrbio ou qualquer outro termo que indique rótulo, insurge na vida dela a discriminação por parte da sociedade e os cuidados excessivos dos familiares, que mais tarde se tornarão fator de dependência e fragilidade na vida daquela pessoa. Podemos observar que é importante que nós passemos a olhar de forma diferente para as questões da medicina na atualidade e que se instaure uma medicina e sociedade mais ética:

Chama-se, desse modo, a atenção para a necessidade de um fundamento ético das práticas ligadas à ciência e à tecnologia no mundo contemporâneo, de forma que as pessoas deixem de ser vistas como corpos, objetos de conhecimento científico e com valor de mercado para serem, ao invés disso, reconhecidas em sua inteireza (TUNES, FUHR, 2006, p.09).

É necessário então estudar como essa pessoa é vista pela sociedade, e como é o tratamento dispensado a ela no contexto escolar. Deve ser considerado o estudo do papel social e o desempenho do deficiente, ponto de partida para compreensão da deficiência e da não deficiência.

Foi através das contribuições de Vygotsky nos anos 20 e 30 que notamos grande ênfase da psicologia histórico-cultural, correspondente a

edificação capaz de integrar o conhecimento sobre os seres humanos a partir de diferentes enfoques e métodos superando a diversidade de abordagens parciais e excludentes que eram marcas do pensamento determinista e essencialista. A obra de Vygotsky é abrangente e única, pois traz novas perspectivas para a produção do conhecimento em Psicologia da Educação e nos dias atuais, está aberta as contradições a serem superadas, sujeitando-se à críticas problematizadoras, mas rica em aspectos a serem desenvolvidos em notória dinâmica de desdobramentos que lhe conferem vitalidade científica.

Em resumo, a questão, tanto no aspecto pedagógico como psicológico, se há estabelecido geralmente desde o ponto de vista estritamente físico, médico. A questão, contudo, é que para o educador os fatores biológicos não são tão importantes, mas sim as consequências sociais do desvio (VYGOTSKY, 1989, p. 43).

Vygotsky, em sua abordagem supera a dicotomia entre indivíduo e sociedade, concepção dinâmica dos fenômenos psíquicos dialeticamente inter-relacionados como: a unidade dinâmica e significativa entre emoção e cognição, percepção e cognição, pensamento e linguagem.

Dentro desta abordagem, o estudo sobre o desenvolvimento atípico se relaciona diretamente à sua orientação e preocupação como educador, onde se propõe o movimento de unificação das concepções teóricas e das atividades práticas unindo tradições apartadas. Faz-se necessário um currículo e uma pedagogia criativa, onde o social favoreça o movimento compensatório que o defeito imprime na personalidade da criança, como fortes indícios do benéfico potencial da relação com a coletividade, da colaboração e da interação. Educação especial é subordinada ao social, coordenada ao social e fundida organicamente com o social e penetra o social. Sem uma visão de compaixão, impreciação ou condenação, baseando-se na compensação dos defeitos orgânicos evitando todo isolamento. Assim se faz a inclusão para Vygotsky:

A humanidade sempre sonhou com um milagre religioso: que os cegos vissem e os mudos falassem. É provável que a humanidade triunfe sobre a cegueira, a surdez e a deficiência mental. Porém a vencerá no plano social e pedagógico muito antes que no plano biológico e medicinal. É possível que não esteja longe o tempo em que na pedagogia se envergonhe do próprio conceito de criança com defeito. O surdo falante e o trabalhador cego participantes da vida geral em toda a sua plenitude, não sentirão sua deficiência e não darão motivo para que outros a sintam. Está “em nossas mãos” o desaparecimento das condições sociais de existência destes defeitos,

ainda que o cego continue sendo cego e o surdo continue sendo surdo (VYGOTSKY, 1989, p. 61).

Esta pesquisa foi elaborada para conhecer a realidade da cultura escolar, levando a reflexão de nossas intervenções pedagógicas para colaborar com a mudança da atual situação de inclusão da criança “deficiente” em todos os aspectos da diversidade biológica das mesmas, no contexto socioeducacional em uma escola de Alexânia. Visando o conhecimento do contexto como meio de investigar as ações como seres socialmente transformadores através da humanização e reconhecimento como parte atuante na sociedade. O tema abordado tem gerado diferentes debates e preocupações para todos que discutem e atuam a educação e fazem hoje emergir um “novo olhar” para INCLUSÃO de pessoas com deficiência, através da pedagogia problematizadora e buscando assim, humanizar a sociedade através da educação para vida e para todos.

Para tanto, o objetivo geral dessa pesquisa é investigar como a Educação Especial Inclusiva tem sido tratada na escola.

E tem por objetivos específicos:

- Conhecer a situação do ambiente escolar em relação à Educação Especial Inclusiva;
- Investigar se existem ações relativas à Educação Especial Inclusiva na escola e;
- Investigar quais são as implicações de tais ações.

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

Segundo Tunes (2002) em seu texto “Incluir quem, por que e para quê? A dimensão ética da inclusão”, muitas visões, ao longo dos anos, tentaram definir e solucionar a origem da deficiência e suas limitações sociais, geralmente, advindas de conceitos denominados fatalistas, que até os nossos dias vem sendo ainda, disseminadas. Tais concepções denominadas como fatalistas, pois trazem em si o conceito de predestinação, podendo ser sobrenatural ou naturalista e ambas mistificando como um mal, seja natural ou sobrenatural, tornando a vida de pessoas com “deficiência” segregada da sociedade ou vinculada somente à remissão através da religiosidade.

As visões eussêmicas se dividem como concepção social onde o deficiente é um status social adquirido e a deficiência um papel social associado ao status, elegendo como deficientes aquelas pessoas com características biológicas que contrapõe ao desempenho das atividades sociais valorizadas, tornando-se um sentimento social das relações da mesma. É necessário então, estudar como esse deficiente é visto pela sociedade e como, é o tratamento dispensado a ele em seu contexto. Assim como antes citado, considerar o estudo do papel social e o desempenho do deficiente, ponto de partida para compreensão da deficiência e da não deficiência. Dentro das visões eussêmicas podemos abordar a concepção histórico-cultural onde:

[...] As leis que regem o desenvolvimento tanto da criança normal quanto anormal são, fundamentalmente, as mesmas, assim como as leis que governa, a atividade vital são as mesmas, sejam normais ou patológicas as condições de funcionamento de qualquer órgão ou do organismo em conjunto (VYGOTSKY apud TUNES, 1993, s/n).

É preciso compreender que o “devir” da inclusão deve vencer os rótulos de preconceito e da aceitação da situação do “menos ruim”, pois assim, estaremos aceitando e propagando o mal e a injustiça social. Nossas ações precisam ser responsáveis de forma a combater o rótulo da deficiência, e compreender a diversidade das diferentes bioidentidades existentes.

Diante de todos os conceitos estudados temos na realidade uma lei que é ambígua, que afirma os direitos para que alunos com necessidades

sejam incluídos nas classes regulares, porém não temos na área das tecnologias de informação e comunicação (TICs), por exemplo, o devido respaldo para que a inclusão aconteça no âmbito social, deixando muitos alunos e cidadãos excluídos, ainda a margem da sociedade como nos mostra o texto:

Entretanto, a acessibilidade, a capacidade de transmitir, acessar e receber informações, é componente chave da cidadania. As TICs que são acessíveis muitas vezes representam a primeira oportunidade que pessoas com deficiência têm para se incluir no mundo do trabalho, ao passo que a limitação de acesso aumenta o esforço necessário para se ter um bom desempenho em um ambiente profissional. Por outro lado, a falta de acesso a TICs socialmente importantes tais como Internet e telefonia podem levar à alienação social e, portanto, uma TIC inacessível transforma uma deficiência física em uma deficiência social (MEDEIROS; BARTHOLO; TUNES, 2006, p.05).

Assim, a oportunidade do sujeito envolver-se na área das tecnologias de informação e comunicação, também faz parte do trabalho desenvolvido pela equipe pedagógica, para que todos os alunos se envolvam no processo de cidadania na escola.

Diante dos desafios temos o texto “Por que falamos de inclusão?”, onde Tunes (2003) diz que falamos de inclusão porque fazemos parte dessa barreira social intransponível e temos práticas sociais de exclusão. E aqui volto ao ponto do desafio, a questão não é qual a visão está correta a respeito da anomalia biológica, a questão é se realmente queremos aceitar o desafio de extinguir as nossas práticas sociais excludentes e mergulhar na opção de promover as pessoas biologicamente diferentes. Será que estamos dispostos a educar essas pessoas, estudar, buscar, pesquisar, transformar as nossas vidas e a vida daqueles que precisam ser inseridos nesta sociedade, para de fato transformá-la em mais “justa”? Esse não é um caminho simples ou fácil, pois é algo que está intrínseco no comportamento e contexto sociocultural e socioeconômico da sociedade atual.

A ideia de desenvolvimento está no centro da visão de que prevalece na época atual. A partir dela o homem é visto como um fator de transformação, tanto do contexto social e ecológico em que está inserido como de si mesmo. Dá-se como evidente que o homem guarda um equilíbrio dinâmico com esse contexto: é transformando-o que ele avança na realização de suas próprias virtualidades. Portanto, a reflexão sobre o desenvolvimento tem implícita uma teoria geral do homem, uma antropologia filosófica (FURTADO, 1984, p.105).

A educação como prática social precisa problematizar a reflexão da teoria e da prática como meio de produzir novos conhecimentos, novas ações que consolidem através desta intrínseca relação, uma educação com saberes humanizadores e valorativos para aproximar alunos e comunidade escolar. De acordo com a essa visão precisamos buscar “os meios sociais de aproveitamento do potencial criativo das pessoas que apresentam uma disfunção biológica” (TUNES, 2003, p. 05), assim sendo, a anomalia se torna um “desafio” para quem atua na educação.

Sabendo-se que a educação é um direito garantindo a todos os alunos, conforme reza na Constituição Federal de 1988 no artigo 205.

Art. 205 – A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

CAPÍTULO II

CAMINHO METODOLÓGICO

Sabe-se que nem sempre é possível adequar-se para promover a inclusão, porém é necessário conceber práticas pedagógicas inclusivas que extingam nossas práticas sociais excludentes e, que, promovam as pessoas biologicamente diferentes, tendo as estratégias pedagógicas como ferramenta para as atividades de intervenção, onde as mesmas nos possibilitem situações de problematização da inclusão, despertando em todos os envolvidos uma visão mais humanizadora da “deficiência”, valorizando a diversidade humana e aproximando mais as pessoas envolvidas no processo educacional.

O tema “como a educação especial inclusiva tem sido trabalhada na escola?”, abordado nesta pesquisa, partiu da observação realizada por mim, durante os estágios, dentro de uma perspectiva inclusiva como parte integrante da disciplina projeto IV – Educação Especial Inclusiva.

Foi realizada uma pesquisa de campo, com análise qualitativa, com a finalidade de obter maior detalhamento sobre o tema, pois:

[...] pesquisa qualitativa é analisar e interpretar os dados, refletir e explorar o que eles podem propiciar buscando regularidades para criar um profundo e rico entendimento do contexto pesquisado. Pesquisar requer profunda habilidade na coleta de dados e uma escolha metodológica que proporciona uma estrutura para o processo de pesquisa (CROKER, 2009, p. 4).

Como instrumento metodológico, utilizamos a observação como ponto norteador para esta pesquisa, pois o tema aborda como é trabalhada a educação especial inclusiva na escola, desta maneira atentamos para o conceito de que:

Observar é um processo e possui partes para seu desenrolar: o objeto observado, o sujeito, as condições, os meios e o sistema de conhecimentos, a partir dos quais se formula o objetivo da observação (BARTON; ASCIONE apud BELEI; PASCHOAL; NASCIMENTO; MATSUMOTO; 1984, s/n).

Durante as observações fizemos alguns registros como anotações, *check list* e videograções, onde o material coletado teve a base para consolidar-se como pesquisa fidedigna.

A coleta dos dados por meio do instrumento de observação possibilitou a análise do material coletado e manteve-se o distanciamento necessário na colocação dos dados, pois todas as anotações, *check list* e videograções contribuem para a compreensão da pesquisa qualitativa.

2.1. Contexto da Pesquisa

A escola pesquisada oferece o ensino fundamental de nove anos (do 1º ao 5º ano), funcionando nos turnos matutino e vespertino, conforme a resolução de autorização de funcionamento do CEE/CEB nº. 600 de 15/08/2007. Ordena as turmas por ordem alfabética em salas individualizadas. Funciona de segunda a sexta-feira. No turno matutino de 7h às 11h30 e no turno vespertino das 13h às 17h30, sendo que nas terças-feiras, os alunos são liberados as 10h15 no turno matutino e 16h15 no turno vespertino, destinando 1h45min à recuperação paralela. O calendário escolar é de 200 dias letivos, totalizando 800 horas anuais.

A escola tem quatro coordenadoras, sendo duas pedagógicas e duas coordenadoras de turno. As coordenadoras pedagógicas tem uma função mais definida e de maior especificidade, pois são elas as responsáveis pela coordenação dos trabalhos pedagógicos junto a alunos e professores. Atuam sugerindo atividades e fiscalizando o trabalho docente em relação a plano de aula, atividades diárias e atividades avaliativas ou mesmo documentos, que são repassados para a secretaria da escola. São elas que desenvolvem juntamente com os professores, os Projetos da Secretária Municipal de Educação ou mesmo a cobrança pela realização dos projetos da própria escola. Já as coordenadoras de turno são responsáveis pela organização do espaço e no que diz respeito à disciplina e rotina a ser seguida por alunos e professores, são elas que organizam a entrada, recreação e saída dos alunos, orientando sempre que necessário.

A escola atende 293 alunos nos turnos matutino e vespertino e possui em seu quadro de funcionários 23 profissionais que vão desde a gestora até os

vigias da instituição de ensino, que estão distribuídos entre os dois turnos. Em seu espaço físico possui 538,07 m² de área construída e 2.765,07m² de área livre, somando um total de 3.303,14m². Nesta área temos vários compartimentos divididos da seguinte forma:

- 05 Salas de aula
- 01 Sala para coordenação
- 01 Sala de direção
- 01 Sala da secretaria
- 02 Salas de computação
- 01 Biblioteca
- 01 Depósito de Expediente
- 01 Depósito de material de limpeza
- 01 Depósito da cozinha
- 01 cozinha
- 02 Banheiros funcionais, com um sanitário cada
- 02 Banheiros com 06 sanitários para alunos.
- 01 Banheiro com sanitário na direção
- 01 Banheiro com sanitário na coordenação
- 01 Hall de distribuição
- 01 Pátio coberto
- 01 Pátio descoberto

Como já foi especificado acima, a escola não possui laboratório, mas quando há necessidade, sempre disponibiliza o espaço para feiras ou qualquer outra atividade nos pátio da escola ou em aulas de campo (extraclasse), levando alunos e funcionários para uma aula diferenciada.

A escola possui uma biblioteca, mas por não possuir funcionário específico para seu atendimento, desenvolve um projeto designado de “Paradão da Leitura”, em que todas as sextas-feiras, no início do horário, toca-se o sino para uma leitura coletiva. Cada professor elabora sua aula e pode usar qualquer espaço da escola para desenvolvê-la. Assim, a biblioteca pode ser usada, mas os livros já ficam dentro das caixas de leitura na sala de aula.

A escola possui um sistema de empréstimo de livros através do trabalho de uma coordenadora de turno.

A escola desenvolve Projetos da Secretaria Municipal de Educação e projetos da própria instituição. São estes os projetos desenvolvidos:

Projetos da SME – Projeto Agrinho, Projeto Pequenos Leitores grandes Escritores, Projeto Carroça da Leitura, Projeto de conservação do Bem Público, Projeto Valores, Projeto Meio Ambiente, Projeto Karatê Nas Escolas, Projeto Aprendizagem.

Projetos da Escola – Projeto Tabuada, Projeto Silabando, Projeto Festa Junina, Projeto Família, Projeto Carnaval.

De acordo com o quadro de funcionários, respectivas funções e carga horárias de cada docente, é possível verificar que temos três professores de contrato temporário e os demais professores são efetivados. Analisando a formação temos quatro professores graduados para sua área de atuação e dois que ainda são graduandos na área de Ensino Fundamental de 1ª fase. Também há no quadro, professores graduados em Biologia e Matemática, mais que possuem formação mínima de Magistério, que é assegurado por Lei Municipal.

2.2. Análise e discussão de dados

Nesta etapa do trabalho são apresentados os resultados das observações feitas no quadro geral da escola, onde os professores, diretora, coordenadores e alunos tornam-se participantes da pesquisa, bem como suas ações.

Durante as observações, percebi algumas práticas inclusivas, mas também, práticas exclusivas, pois como afirma Tunes (2003), fazemos parte dessa barreira social intransponível. Realmente temos impregnadas em nós, as questões dos rótulos e do preconceito, isso em consequência de um contexto sociocultural e socioeconômico que vem sendo construído ao longo dos anos. Somos impulsionados a consumir e reproduzir tais práticas.

2.2.1. Conhecendo o contexto socioeducacional da Educação Especial Inclusiva

Em consonância com o primeiro objetivo específico dessa investigação, que buscou **conhecer a situação do ambiente escolar em relação a Educação Especial Inclusiva**, além da observação, analisamos também o Projeto Político Pedagógico da escola.

O Projeto Político Pedagógico dessa Escola Municipal é elaborado de forma clara e bem fundamentado teoricamente, porém foi feito em 2010 e não foi especificado nada sobre a inclusão de alunos deficientes, mas observamos que há citações de Leis e resoluções, que por si, garantem a inclusão destas crianças e a escola assim, faz na medida do possível e sempre procurando atender a comunidade local.

Ao rever o PPP da escola percebemos que esta tem em suas principais atribuições a fundamentação teórica de suas ações, em que desenvolve vários aspectos como cita o texto:

- A organização do Projeto Político Pedagógico acontece a partir de reuniões com os professores, funcionários e comunidade escolar, onde se faz questionamentos e diagnósticos sobre o desempenho da escola com relação ao ensino aprendizagem.
- A Escola Municipal tem em sua visão contribuir para a formação integral de crianças, oportunizando meios para que a escola seja um local de investigação, de busca e produção do conhecimento. Baseia-se em uma Pedagogia da Livre Expressão dentro de uma visão crítico-social dos conteúdos onde será valorizado o saber dos alunos que se inserem na escola que é parte integrante do todo social. A função da pedagogia que enfatiza os “conteúdos” é dar um passo à frente no papel transformador da escola, porém deverá partir das condições existentes, tendo por objetivo a garantia a todos de um bom ensino a partir de conteúdos básicos que tenham ressonância na vida dos alunos.
- O Projeto vem sendo baseado na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, nº 9394/96, com funcionamentos na Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Regimento Escolar e Resoluções do Conselho Estadual de Educação defendemos nesta proposta princípios, finalidades, intenções e objetivos da Educação Brasileira, tendo por subsidio a compreensão e o planejamento de suas ações.
- O trabalho do professor deve partir da contratação da prática real, vai da ação a compreensão e da compreensão à ação, até a síntese. Professores e alunos colaboram para fazer progredir as trocas. O papel do professor é insubstituível, mas acentua a participação do aluno, onde a intervenção do mesmo torna-se necessária para levar o aluno a acreditar em suas possibilidades e ir além, prolongando sua experiência de vida e aprendizagens. Nessa relação, o professor precisa saber, o aluno precisa compreender.

A organização curricular diz que as diretrizes curriculares além de garantir os objetivos do Ensino fundamental, envolvem as disciplinas no Núcleo

Comum, entrelaçadas com os Temas Transversais. E ainda ressalta que há flexibilidade no currículo, portanto não é concebido de forma rígida.

Em relação à estrutura física da escola, no que diz respeito à acessibilidade, podemos dizer que a maior dificuldade de acesso seria aos banheiros e em materiais como livros em braile, pois a escola possui rampa em sua entrada, mas os banheiros não são adaptados e nem mesmo possui livros em braile na escola.

A Escola faz a orientação educacional através da própria equipe gestora, pois sempre que necessário a diretora e coordenadoras utilizam o sistema de adoção de alunos para receber assistência pedagógica e quando há uma necessidade maior, no caso, alunos deficientes ou com distúrbios de aprendizagem, podem ser encaminhados a uma instituição denominada como CAIS (Centro de Apoio a Inclusão Social). No CAIS o alunos tem atendimento com psicólogo, fonoaudiólogo e orientador educacional, mas o órgão atende todas as escolas do município e assim, a demanda é alta e as vagas são para os casos mais “críticos”, segundo a SME. Assim, a escola percebe que não pode esperar para que a inclusão seja feita de maneira cientificamente “coerente”, como muitos definem. Parte para o pressuposto de que a equipe e, principalmente os professores, devem ter autonomia e mesmo responsabilidade de incluir e apoiar junto com os demais funcionários, a criança com deficiência.

Apesar do pouco conhecimento ou mesmo de tecnologias assistivas, a escola tenta colocar em prática a inclusão de pessoas com desenvolvimento atípico. A escola não trabalha apenas para preparar o aluno para o mercado de trabalho, mas tem em seu conceito formativo a tentativa de reproduzir a vida em sociedade, ensinando a conviver com as diferenças. É fato que ainda há muitos equívocos em relação ao desenvolvimento de alunos atípicos, e isso, acredito, que se deve ao que já antes citei na fundamentação teórica deste trabalho, uma lei ambígua, onde podemos analisar no artigo 59:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora.

A lei diz que os professores devem ter especialização adequada, mas sabemos que isso não acontece. Essa é uma realidade comum no contexto brasileiro. Alguns professores não tem essa especialização em nível médio ou superior, por isso, muitas vezes, os alunos são incluídos de forma inadequada, contando apenas com o compromisso pessoal de cada professor, isso é feito como um fator importantíssimo: “disposição” para enfrentar o desafio de vencermos juntos, o preconceito e as rotulações.

Por outro lado, o compromisso e disposição do profissional não podem, muitas vezes, incluir de fato o aluno para o trabalho na sociedade, pois o próprio governo não disponibiliza as condições adequadas, mas continua falando de inclusão e mantendo um sistema educativo excludente, pois o valor das pessoas é medido pela sua capacidade de produção. Estes alunos muitas vezes continuarão na sociedade como se não tivessem sido incluídos:

Estar excluído socialmente da/na escola pode significar estar fora da escola, assim estar excluído também das conquistas sociais [...] Há assim uma dupla exclusão: a exclusão social e a exclusão feita pela escola, que inviabiliza muitas vezes o acesso à da qualidade de vida (TRINDADE, 1996, p. 202).

Na realização das atividades de diálogos, nas trocas de experiências, nas atividades de intervenção, compreendemos o quanto a medicina tem uma grande influência na afirmação das deficiências e na limitação do desenvolvimento de crianças e adultos atípicos, pois em nossa sociedade, há séculos, a saúde ou o rótulo de saudável é almejado por todos que buscam auxílio e acompanhamento médico para curar os “males do corpo”, como forma de encontrar um antídoto que cure os males da alma. É na mente dos próprios profissionais da educação, que isso também, começa a ser inserido, pois diante desse contexto, uma das professoras observadas disse que os encaminhamentos feitos ao CAIS, muitas vezes, são motivados pelo desejo de confirmar ou justificar, a dificuldade de aprendizagem do aluno atípico. Os

professores sofrem a pressão dos resultados quantitativos, são cobrados pelo próprio MEC, isso muitas vezes acaba, por sua prática.

De fato, algumas doenças/anomalias começam a ser gestadas nas mentes das pessoas, que tem um padrão de normalidade a ser seguido, padrão este que é comprovado por laudos médicos, ou até mesmo pelo olhar do médico, o “salvador” que com seu “olho nu” consegue desvendar as imperfeições que precisam ser medicadas, para curar a vida das pessoas, enquadrando-as nos padrões estáveis admitidos pela “ciência”. Tanto professores, pais e demais profissionais da área não conseguem compreender que o desenvolvimento se dá de diferentes maneiras e em diferentes níveis, hoje temos uma pedagogia mais inclusiva e valorativa, mas que ainda precisa compreender de fato o que é desenvolvimento e particularidades desse processo, pois:

A inclusão escolar não acontece por um decreto ou simplesmente pela presença de crianças incluídas dentro da escola. Não é apenas modificando leis, papéis, currículos e métodos didáticos que algo se faz, mas sim modificando o olhar, que deve se orientar pelo primado da ética, do compromisso com o outro. A exclusão acontece porque os mecanismos que determinam os tipos de relações excludentes estão perpetuados, vivos e a cada dia mais fortes. Eles não se limitam ao universo escolar, mas abrangem muitos espaços da vida concretamente vivida (TUNES, 2011, p. 26).

2.2.2. Ações e propostas para a Educação Especial Inclusiva dentro da escola. Averiguando o contexto da proposta, prática e reflexão.

Em relação ao segundo objetivo específico que buscou **investigar se existem ações relativas à Educação Inclusiva na escola**, constatamos que a escola não possui um projeto específico de inclusão, porém trabalha sob esta orientação pedagógica da inclusão, pois a maioria dos projetos conjuntos ressalta valores, interação e ações inclusivas e de combate ao preconceito. Os professores que têm alunos com desenvolvimento atípico, procuram desenvolver com suas turmas um trabalho que valorize as “diferenças”. Presenciamos o projeto desenvolvido por uma professora que visava dialogar as diferenças de acordo com a linguagem da turma. Bem como, desenvolveu atividades pedagógicas em que todas as crianças participavam, independente de sua maneira de desenvolver-se. Com precisão, observamos que nas

atividades conjuntas, nas recreações e atividades físicas, mesmo com os cuidados exigidos, essas crianças estão bem inseridas no tocante ao social e aprendizagem, porém a despeito de tecnologias assistivas, ainda não se tem de fato, trabalhado nesse âmbito. É notório que cada professor desenvolve o seu particular projeto e todos têm como objetivo “comum” a inclusão de seus alunos com desenvolvimento atípico, tornando a convivência o mais natural possível. É nesse contexto que compreendemos que a escola na sua prática pedagógica reflexiva visa incluir socialmente estes alunos e vencer as barreiras preconceituosas da exclusão que foram deixadas como herança histórica:

A palavra *inclusão* ainda tem produzido apenas uma prática nascente e tímida, insuficiente para abalar a herança deixada pela construção de todo um sistema paralelo de atendimento. Porém, atualmente, o afloramento do poder da escola pela ação conjunta (professores e alunos) tem mostrado a possibilidade de aprendizagem dos considerados deficientes, tornando-os sujeitos da história, portanto, modificadores da situação (TUNES; BARTHOLLO, 2007, p.64).

Durante as observações, também foi fato constatar, que nem todos os profissionais da escola, em específico os que não atuam diretamente com a parte pedagógica e disciplinar, estão engajados ou preparados para a inclusão, alguns ainda, carregam em si os vestígios e ações de reforço negativo e excludente. Na realidade, observamos que ainda lhes falta conhecimento a respeito do assunto, falta abertura para o novo, para o biologicamente diferente. Em algumas situações ainda, “ouvimos” muitos termos referentes ao retardamento, mongolismo, entre outros termos inadequados. Em consonância com o objetivo de **investigar as ações relativas a educação especial inclusiva**, é comprovado que alguns termos e ações excludentes permeiam a prática educativa, não de todos, mas de alguns profissionais e pessoas envolvidos no processo educativo da escola observada. O “diferente” ainda causa estranheza, principalmente quando se trata de alguém biologicamente diferente.

Fatos como esses, vem comprovar que o preconceito por mais combatido que seja, ainda é culturalmente vinculado, principalmente no contexto da escola, mas, no entanto, o que impossibilita o melhor desenvolvimento das crianças com deficiência, não é a priori a deficiência e sim, como se compreende e trabalha com essa criança. Segundo Vygotsky (1993), se uma pessoa tem uma diferença de desenvolvimento, ela não para

de se desenvolver, ela não tem menos desenvolvimento. Ela se desenvolve de forma diferente.

2.2.3. Análise das Ações e Possibilidades da Inclusão de crianças deficientes

Em consonância com o terceiro objetivo específico que trata das **implicações de tais ações**, consideramos que a Educação Especial Inclusiva, tem nas ações da escola, o caminho para sua validação e abertura para convidar a sociedade ao diálogo sobre um tema tão importante dentro do contexto educacional atual. A escola observada possui ações com temáticas inclusivas, projetos com teor inclusivos e profissionais com conhecimento e propostas inclusivas. Uma grande ação da escola que está vinculada a inclusão, é o trabalho com os projetos. Ainda que não tenham um título específico sobre inclusão, suas ações visam todas as crianças, com desenvolvimentos típicos e atípicos. É neste espaço que ocorre tanto a participação de todos quanto a promoção do diálogo e avaliação das ações.

Mas, frisa-se o poder do diálogo entre a escola e sociedade desencadeadora da ação de alguns educadores e educandos - que pode produzir alguma transformação.

Assim, é possível apontar desde o Brasil colônia, tanto a lei excludente de direitos dos cidadãos “diferentes” como também alguma possibilidade de participação social, na medida em que, recolhidos com os abandonados em asilos, alguns receberam instruções que os habilitaram a viver em um meio social mais amplo.

[...] Evidentemente, mesmo dentro dos limites das nascentes teorias de aprendizagem, essas escolas tornaram-se possíveis em virtude da competência, da dedicação, do trabalho de alguns de seus mestres, de alguma flexibilidade da escola, dos funcionários e da participação ativa dos alunos (TUNES; BARTHOLLO, 2007, p.61).

Sabemos que a inclusão tem o sentido de estar dentro, integralmente e pleno. E é isso que se busca transformar tanto no espaço físico com nas ações dentro desse contexto. Assim, tanto as práticas pedagógicas da escola observada, quanto às ações conjuntas com a sociedade, tem o propósito de trabalhar a inclusão, refletir e agir para que a escola possa adequar-se cada dia mais e melhorar em tais ações.

As ações e práticas pedagógicas da escola estão levando a comunidade escolar ao conhecimento, a busca e a transformação, tanto da

cultura como do espaço físico. Notamos através dos relatos, atividades e observações que a maioria tem o conhecimento sobre o assunto e principalmente, que os profissionais têm buscado desenvolver uma prática pedagógica inclusiva.

No entanto, como foi citado em outro tópico, esbarramos em dois precedentes categóricos, a lei ambígua e o preconceito de alguns agentes, não obstante ao que diz respeito a tecnologias assistivas. Não pretendemos de forma alguma desconsiderar o trabalho já iniciado, mas é fato observar que de algum modo, o que a lei diz e o que a realidade comprova, é que algumas “barreiras” ainda precisam ser removidas para que haja uma aprendizagem ainda mais significativa e participativa no que diz respeito a todo o contexto escolar observado. Tivemos a oportunidade de vivenciar o anseio de alguns profissionais, pela falta de estrutura mais adequada para que os alunos deficientes possam estar, não só culturalmente inseridos, mas de fato, sejam aptos a viver na sociedade que se pretende construir através dos caminhos da inclusão social.

O que se pretende na educação inclusiva é remover barreiras, sejam elas extrínseca ou intrínseca aos alunos, buscando-se todas as formas de acessibilidade e apoios de modo a assegurar (o que a lei faz) e, principalmente garantir (o que constar no projeto político – pedagógicos dos sistemas de ensino e das escolas e que dever ser executado), tomando-se as providências para efetivações para o acesso, ingresso e permanência bem sucedida na escola (CARVALHO, 2007, p.73).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, podemos concluir que a inclusão escolar é feita no âmbito social e particular, pois depende da mudança de cada pessoa, da visão e modificação desse olhar, tornando-se ético e compromissado com todos, tendo a pessoa um desenvolvimento padronizado ou atípico, pois não podemos rotular ou limitar alguém pelo fato de se desenvolver diferentemente do outro.

A realização deste trabalho mudou meus conceitos e compreensão em relação à inclusão e deficiência, a cada reflexão, a cada atividade, observamos que os alunos atípicos, não são “diferentes” dos demais alunos, pois não medimos a capacidade pela quantidade e sim, pela qualidade e compreensão deste desenvolvimento.

Foi notória a importância das observações e fato importante para compreender como a Educação Especial Inclusiva tem sido trabalhada na escola, pois as crianças “deficientes” desta instituição de ensino, apresentam desenvolvimento das habilidades de aprendizagem propostas pelos educadores. Cito o caso de dois alunos que estão alfabetizados, um deles tendo uma deficiência visual bastante significativa, tem o auxílio de uma lupa para leitura. Estes alunos não apresentam nenhuma dificuldade a mais em relação às crianças com desenvolvimento típico, pois em meio a estes, encontramos crianças com dificuldades de aprendizagem mais significativas que as crianças com o desenvolvimento atípico. Comprovando assim, que é possível ainda, promover a inclusão de pessoas “deficientes” dentro do contexto escolar, através de ações e intervenções estabelecidas para tal propósito.

Fundamentalmente, compreende-se que o desenvolvimento de uma criança, sendo ela deficiente ou não, não se limita apenas ao espaço físico adequado e sim, a diferentes fatores e um deles, está em compreender que cada aluno tem uma maneira própria de desenvolver-se, mas cabe ao professor e aos agentes envolvidos na prática pedagógica propiciar meios para que esse desenvolvimento aconteça de forma inclusiva.

É importante destacar, que o aluno “deficiente” não deve ser estigmatizado e sim, encorajado ao desenvolvimento de suas habilidades. Cabe a escola e a todos os envolvidos no processo educacional promover as

ações e práticas que levem ao objetivo e realização de uma educação valorativa, humanizadora e igualitária a todos. Nesse contexto, comprova-se que o diálogo é o grande propulsor para que a Educação Especial Inclusiva seja discutida e validada. Assim, as investigações propostas neste trabalho, verificaram que a escola tem trabalhado e convidado a sociedade a participar das discussões e das ações para inclusão de pessoas deficientes ou mesmo que sofrem outro tipo de preconceito e consolida a exclusão.

A exclusão ainda percorre o espaço escolar e tem diferentes causas, as mais constatadas são leis e mecanismos imbricados em nossa política e cultura, os desconhecimento do desenvolvimento do “biologicamente diferente” que gera o pré-conceito e a falta de condições adequadas para os educadores e os educandos. Porém, ressaltamos, que mesmo tendo sido encontrados vestígios da exclusão e preconceito, a barreira mais elevada não está no espaço físico em si, mas na forma de tratamento das pessoas envolvidas no processo educativo.

A exclusão não está nos limites da escola e sim, nos limites de cada um de nós, por isso precisamos começar por cada um e desmanchar as barreiras das quais nós mesmos somos “tijolos” de construção. É quebrando o nosso ego de “normalmente aceito” que conseguiremos construir uma ponte de igualdade pra ligar o nosso coração ao outro, que tanto precisa ser de fato, incluído.

A educação é o instrumento de transformação da sociedade. Educadores e educandos se fazem melhores através de seus próprios questionamentos. A educação precisa levar-nos a verdadeiras mudanças e não simplesmente, a aceitação de ideias, teorias e práticas sem sentido para nossa vivencia. A inclusão de crianças biologicamente diferentes traz a nós educadores, o “aguçar” em nós mesmos da ação-reflexão.

Ressaltamos que dentro das observações realizadas, conseguimos compreender o valor sociocultural da inclusão e seu impacto dentro do contexto escolar. Mesmo ainda sendo tímida a transformação do espaço físico e a estruturação da qual a Educação Especial Inclusiva necessita, encontramos um espaço ainda mais estruturado e em constante mobilização para as mudanças, que foi o “interior” de cada participante das ações e práticas, que visam à inclusão no sentido pleno da palavra. Esta abertura ao novo, ao diferente é um

passo importante para que possamos construir uma escola que proporcione de fato a Educação Especial Inclusiva.

Não é possível mudar o que não se compreende, portanto é necessário conhecer, compreender, aceitar e promover o biologicamente diferente. A Educação Especial Inclusiva precisa ser realizada no âmbito da dialogicidade das ações, no compromisso da mudança e na realização de práticas que convide a sociedade para a significativa compreensão de seu papel.

Lutar pelo direito de igualdade é papel da escola e da sociedade. É uma ação conjunta, pois quando a escola/sociedade se posiciona como “asas” para as mudanças, dando abertura aos novos voos e não como gaiolas para enclausurar seus pássaros de maneira apática, com tecnologias ou com leis incoerentes, a escola fundamentará de fato a Educação Especial Inclusiva.

Precisamos compreender que a Educação Especial Inclusiva como um processo de conhecer, amplo, complexo e necessário, pois não pode ser mensurado e envolve ação e emoção, envolve todos os aspectos biológicos, psicológicos, emocionais e sociais. Assim, a aprendizagem de crianças típicas ou atípicas não é uma prática mecânica ou baseada apenas na cientificidade, mas na capacidade do próprio ser humano de “auto-eco-organizar-se” (MORIN, 2000) sempre que necessário, sendo ele professor ou aluno precisa compreender a aprendizagem como um processo de eterno vir a ser como dizia o filósofo Heráclito: **“Um homem não pode entrar duas vezes num mesmo rio, porque na segunda vez em que entrar o homem já não é o mesmo, e o rio também não é o mesmo”**. Heráclito era o filósofo da existência, do devir, do movimento dialético, das mudanças e das transformações inevitáveis de tudo o que existe.

É preciso que a escola, educadores, alunos deficientes ou não, convide a sociedade para uma libertação. Não uma libertação no sentido religioso e sim, na complexidade do “ser humano”, não como um designo, ou como um ato científico, mas como um feito humanizador e democrático. Segundo Paulo Freire: **“Ninguém Liberta ninguém, Ninguém se liberta sozinho: Os homens se libertam em comunhão”** (2005, p. 58).

4. EXPECTATIVAS FUTURAS

No tocante as minhas expectativas futuras como acadêmica do curso de Pedagogia, compreendendo que o papel do pedagogo é fundamental para a promoção de educação de qualidade, bem como pelo desenvolvimento dos alunos (crianças e adolescente), sendo assim, minhas expectativas são voltadas ao conhecimento e o desenvolvimento de uma educação que de fato, possa melhorar e promover uma sociedade mais humanizadora e justa. Tendo como base a importância de um educador, proponho-me a dedicar com afinco para que possamos alcançar uma educação valorativa e significativa.

Durante o curso de Pedagogia compreendi que na complexidade do ser humano e da necessidade de aprender, entendemos que a educação requer princípios e práticas fundamentadas nessa complexidade, onde a pedagogia é o estudo da sistematização da educação, sendo educação e ensino indissociável e tornando-se assim, fundamental o papel do Pedagogo para elaboração de pensamentos e práticas autônomas, problematizadoras e estratégicas, onde a humanização da sociedade possa ser uma realização da tão sonhada escola “laica e democrática”.

Minha pretensão como acadêmica sempre foi o de aprender, melhorar, contribuir e superar a mim mesma. Fato que se consolida através do tão sonhado diploma. Porém, o superar de si mesmo, o elaborar aprendizagem e a possibilidade de colaborar com a sociedade, é que move o meu íntimo. Sei que não vou parar na graduação, porque foi dentro deste contexto que compreendi de fato que a educação é um processo contínuo e infinito.

Desejo e irei alcançar outros níveis de “titularidades” com fé, amor e dedicação, desejando não apenas obtê-los, mas de fato compreendendo o valor do conhecimento na vida em sociedade. Quero que este seja apenas o fato, o aval de que estou perto de aprender a aprender. Sonho com o dia em que poderei olhar para traz e ver o quanto o meu trabalho contribui para que eu me tornasse um ser humano melhor e assim, ajudar a outros que estão na caminhada e no processo educacional da escola e da vida.

REFERÊNCIAS

BELEI, Renata Aparecida; PASCHOAL, Sandra Regina Gimenez; NASCIMENTO, Edinalva Neves; MATSUMOTO, Patrícia Helena Vivian Ribeiro. O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. Disponível em <http://www.ead.unb.br/moodle2013> . Acesso em 09/10 e 11 de novembro de 2013.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: Com os pingos nos is**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MEDEIROS, Cistina M. Barros de; BARTHOLLO, Roberto; TUNES, Elizabeth. Tecnologias, inovação e pessoas portadoras de deficiência: um caminho a percorrer. Disponível em <http://www.oei.es/memoriasctsi/mesa9/m09p02.pdf>. Acesso em 03/11/2013 e 27/11/2013.

MORIN, Edgar. **O método 3: o conhecimento do conhecimento**. Tradução: Juremir Machado da Silva. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005

OLIVEIRA, Almir Almeida. Observação e Entrevista em Pesquisa Qualitativa. Disponível em <http://www.ead.unb.br/moodle2013> . Acesso em 09/10 e 11 de novembro de 2013.

TUNES, Elizabeth. Incluir quem, por que e para que? A dimensão ética da inclusão. Texto apresentado no XII Encontro Regional de Psicopedagogia, maio de 2002, Goiânia, GO, e publicado em seus Anais (p.14-21).

TUNES, Elizabeth; BARTHOLLO, Roberto. **Nos limites da Ação – Preconceito, Inclusão e Deficiência**. EduFSCar: São Carlos. 2007.

TUNES, Elizabeth. **Porque falamos de inclusão?** Brasília: Linhas Críticas, 2003.

TUNES, Elizabeth. **Sem Escola, Sem documento.** Rio de Janeiro: E- papers Serviços Editoriais, 2011.

TUNES, Elizabeth; RAAD, Ingrid Lillian Fuhr. **Quando a medicina adocece.** I Congresso Iberoamericano de Ciencia, Tecnología e Inovación CTS + I. Palácio de Minería Del 19 al 23 de Junio de 2006 .

Vade Mecum Saraiva / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Lívia Céspedes. 2. ed. Atual. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2008.

VALDÉS, Maria Teresa Moreno. Educação Especial na perspectiva de Vygotsky. Disponível em <http://www.fe.unb.br/introeducacaounb/?p=268>. Acesso em 15/24 de Novembro de 20013.